



II PRÊMIO AJURIS DE REDAÇÃO NAS ESCOLAS



OUÇAM BEM O
QUE VENHO DIZER:
**QUEM A JUSTIÇA
PRECISA OUVIR?**

80AJURIS

II PRÊMIO AJURIS DE
REDAÇÃO NAS ESCOLAS

OUÇAM BEM O QUE VENHO DIZER:
QUEM A JUSTIÇA PRECISA OUVIR?



Porto Alegre, 2024.

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes e Carreiras Públicas do Direito do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris - é apoiadora do “Prêmio Ajuris de Redação nas Escolas” desde sua criação pois vem ao encontro de nosso propósito de promover o desenvolvimento cultural e, também, pela relevância dos questionamentos propostos aos participantes, destacando-se aí a busca da visão e pensamento de jovens estudantes sobre o Poder Judiciário, estimulando-se a partir de um juízo crítico um melhor conhecimento sobre o funcionamento e alcance de sua atividade. Ao mesmo tempo, proporciona aos magistrados uma reflexão sobre sua atividade, pois tem a oportunidade de saber como é visto pela sociedade a partir do olhar dos jovens e o que estes dele esperam.

Na presente edição, a importância do questionamento reside em área essencial e extremamente sensível da vida familiar, envolvendo, como não poderia deixar de ser, o relacionamento entre pais e filhos e o direito destes de serem ouvidos sobre as questões que lhes dizem respeito. E o Poder Judiciário na competência que lhe cabe não pode ser um estranho nessa mediação. Daí a relevância dos juízes em ouvir essas vozes.

Danúbio Edon Franco

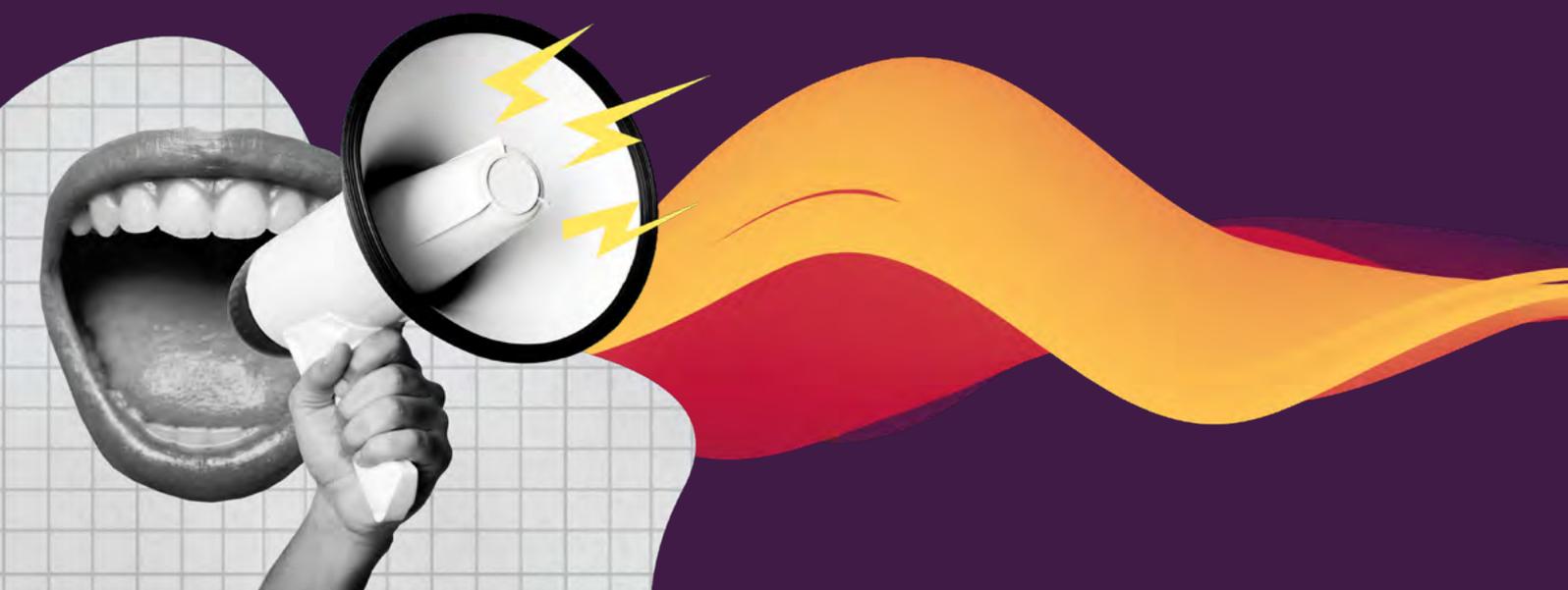
Presidente do Conselho de Administração da Sicredi Ajuris

Realização

80 AJURIS

Apoio:

Sicredi
Ajuris



Após o sucesso obtido em 2022, a segunda edição do Prêmio Ajuris de Redação nas Escolas nasceu com o desafio de superar a primeira, seja em tamanho, seja em reflexões. Assim, foi criada a categoria de Ensino Fundamental e aberta a possibilidade de inscrição de todas as escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo as informações prestadas pelas escolas participantes, foram 4674 alunos envolvidos com as atividades e provocados a responder a pergunta: quem a Justiça precisa ouvir?

De adolescentes em conflito com a lei a pessoas com problemas de saúde, tudo passou pelas mentes e canetas dos alunos.

Essas reflexões são importantes para entendermos e visualizarmos o impacto e a dimensão das decisões judiciais – e das políticas públicas – na vida de cada indivíduo, mas também o quanto ainda precisamos avançar.

A Ajuris muito se orgulha desse projeto que se materializa nesta Revista. Mais uma vez, reunimos alguns textos, além dos premiados, e convidamos alguns colegas para tecerem comentários. Surge, dessa forma, um interessante diálogo entre alunos e magistrados que muito diz sobre nossa sociedade e sobre o intenso trabalho de humanidade exercido pela magistratura.

A novidade deste ano, as redações do Ensino Fundamental, nos surpreendeu imensamente pela qualidade e pela maturidade dos textos. Já as do Ensino Médio, mais uma vez, trouxeram muita força e impacto em suas manifestações.

A cada ano, o Prêmio Ajuris de Redação nos mostra o quanto nossos alunos refletem sobre o mundo em que vivem e como é importante ressoar, cada vez mais, essas vozes que, muitas vezes, são negligenciadas.

Muito obrigada pela participação de todas as Escolas, diretores e professores, que tornam o prêmio possível. Parabéns a todos os alunos participantes, mas, especialmente, aos aqui publicados. Suas redações nos comoveram e deram sentido ao nosso projeto. Por fim, muito obrigada aos colegas que aceitaram ser desafiados por nossos alunos. O diálogo nos engrandece.

A quem nos lê, aproveite e se una a nós na próxima edição!

Cristiano Vilhalba Flores

Presidente da AJURIS

Samyra Remzetti Bernardi

Vice-Presidente Cultural da AJURIS

SUMÁRIO

Amábile Victória De Moraes Scherer	10
<i>Roberto Laux Junior</i>	
Amanda Pretzel Poerschke	12
<i>Karla Aveline de Oliveira</i>	
Ana Paula Sanches**	14
<i>Luís Carlos Rosa</i>	
Anna Paula Silva Zimmer	16
<i>Rosana Broglio Garbin</i>	
Antonieli Helena Fernandes	18
<i>Rafael Folador</i>	
Eduarda Wandscheer Silveira*	20
<i>Cláudio Luís Martinewski</i>	
Elisa Daniele Alves Dos Reis ***	22
<i>Suélen Caetano de Oliveira</i>	
Emili Renner Velmude	24
<i>Ana Lúcia Todeschini Martinez</i>	
Érica Alvares Seabra	26
<i>Rodrigo Antola Aita</i>	
Guilherme Francisco Perazzolo	28
<i>Ricardo Pippi Schmidt</i>	
Isabela Thiesen Franke	30
<i>Cássio Antônio Caldart</i>	



João Augusto Crestani Dos Santos	32
<i>Marcelo Malizia Cabral</i>	
Lucas Luza	34
<i>Joseline Mirele Pinson de Vargas</i>	
Manuela Dos Santos Costa	36
<i>Suellen Rabelo Dutra</i>	
Maria Eduarda Kuper Rodrigues	38
<i>Ana Paula Furlan Teixeira</i>	
Monique Alexandra Fagundes Pereira	40
<i>Diego Carvalho Locatelli</i>	
Naomi Schroder*	42
<i>Alberto Delgado Neto</i>	
Nathalie Alves Schuler	44
<i>Jane Maria Köhler Vidal</i>	
Raqueli Bohnemberger***	46
<i>Samyra Remzetti Bernardi</i>	
Thyenri Pietro Melo Dos Santos**	48
<i>Fabiane Borges Saraiva</i>	

*Premiações em 1º lugar | **Premiações em 2º lugar | ***Premiações em 3º lugar



II PRÊMIO AJURIS DE
REDAÇÃO NAS ESCOLAS



OUÇAM BEM O
QUE VENHO DIZER:
**QUEM A JUSTIÇA
PRECISA OUVIR?**



Amábilie Victória De Moraes Scherer

2º Ano Ensino Médio

EEEB Érico Veríssimo

Lajeado

1	A voz das crianças em casos de divórcios litigiosos
2	Nos últimos anos, têm-se discutido cada vez mais sobre a importância de ouvir
3	a voz das crianças em situações de litígio e separação de seus responsá-
4	veis. A tradicional concepção de que apenas os adultos são capazes de
5	tomar decisões sobre a vida desses indivíduos está sendo questionada, dan-
6	do lugar a um novo paradigma que reconhece os direitos das crianças
7	em participar ativamente desse processo.
8	Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a escuta ativa das crianças nes-
9	sas situações, permite que elas expressem suas emoções, preocupações e
10	necessidades. Ao serem ouvidas, elas se sentem valorizadas, percebem que sua
11	opinião é levada em consideração e têm a oportunidade de contri-
12	buir para a busca de soluções que atendam seus interesses e bem-
13	estar.
14	Além disso, a escuta da voz da criança contribui para minimizar confli-
15	tos e litígios entre os pais. Quando a justiça considera as opiniões dos
16	filhos e os inclui nas decisões, proporciona uma maior sensação de equili-
17	brio e justiça para todas as partes envolvidas. Isso pode levar a acordos
18	mais amigáveis, em que os interesses dos filhos são priorizados, o que
19	resulta em menor desgaste emocional para todos e em uma transi-
20	ção mais tranquila para a nova realidade familiar.
21	Em suma, a justiça deve reconhecer a importância de ouvir a criança. Ao
22	permitir que esses jovens participem ativamente do processo, a justiça promo-
23	ve um ambiente mais justo, em que seus interesses são considerados
24	e suas necessidades são atendidas. Portanto, é fundamental que a jus-
25	tiza esteja aberta à participação dessas vozes, garantindo assim uma
26	abordagem mais inclusiva e sensível às suas necessidades durante o
27	processo.
28	
29	
30	



Prezada Amábil!

Hoje sou uma pessoa melhor em razão da leitura de sua redação.

Sentir-se ouvido e compreendido é algo que faz imensa falta nos dias de hoje, e eu gostaria que muitas pessoas tivessem a oportunidade de fazer a reflexão que você apresentou, de modo tão genuíno, verdadeiro e muito bem escrito.

As separações da vida, seja de um amigo, seja de uma pessoa próxima, enfim, quando nos distanciamos de alguém que amamos, são sempre momentos muito difíceis de serem superados, e que nos exigem amadurecimento, compreensão, e um olhar profundo para dentro de nós mesmos.

Nos casos de divórcio judicial envolvendo crianças, todo esse drama existencial é potencializado, justamente porque os menores acabam por vivenciar, muitas vezes, o conflito e as fragilidades mais sensíveis das pessoas que mais amam. E essa complexidade de relações e dramas humanos bate às portas dos Juízes e Juízas que precisam ajudar a encontrar o caminho menos traumático para a superação desse momento, e a reconstrução das vidas de cada um dos envolvidos.

Por isso, realmente a escuta sensível, interessada, cuidadosa e afetuosa, ou seja, um olhar muito profundo para as crianças que se encontram nessa situação, precisa ser o principal foco de nossa atuação. Os adultos, com certeza, não são capazes de decidir tudo, até porque estão em sofrimento e talvez não consigam, nesse momento, visualizar o principal ponto de sofrimento de seus filhos, e as melhores decisões a serem tomadas.

Como referiste muito bem: *“Ao serem ouvidas, elas se sentem valorizadas, percebem que sua opinião é levada em consideração e têm a oportunidade de contribuir para a busca de soluções que atendam seus interesses e bem-estar.”*

É importante dizer a você, e gostaria que soubesses disso, que os Juízes e Juízas também vivenciam, no processo, uma parte desse sofrimento, para que possam, com sua sensibilidade, produzir a empatia necessária à compreensão das dores e das necessidades das pessoas. Quando ouvimos uma criança dessa maneira, conseguimos ver as suas expressões, os seus medos, e também muito dos seus afetos. Por isso, traduzir toda essa complexidade em palavras, como fizeste tão bem, é um dom, é uma arte, é um talento muito verdadeiro que tens.

Podes ter certeza de que essa leitura seguirá comigo nas minhas mais profundas reflexões, e ajudará muito do desempenho de minha profissão. As crianças precisam mesmo de muita escuta, e de que essa tarefa seja realizada com inteligência, disponibilidade emocional e carinho.

Parabéns pela excelente redação, e saiba que o mundo é muito melhor porque existem pessoas com esse talento!!!

Santo Cristo, 07 de março de 2024

Roberto Laux Junior

Juiz de Direito, Diretor do Foro da comarca de Santo Cristo





Amanda Pretzel Poerschke

9º Ano Ensino Fundamental

EEEB Dom Antônio Reis

Faxinal Do Soturno

1	Dando voz a quem precisa.
2	Quem a justiça precisa ouvir? De acordo com Nina Silva, especialista da
3	CNU, "Dar oportunidade de voz e ação para todos é justiça socioeconômica". Nesse
4	meio, salienta-se a importância de ouvir a população em geral, uma vez que, jus-
5	tica é a particularidade do que é justo e certo, como o respeito e a igualdade.
6	Ademais, segundo a ONU, o Brasil ocupa o 8º lugar no ranking de desigualdade
7	social, isso indica que há cidadãos que não estão acessando seus direitos. Com
8	efeito, há de ser analisados os casos que correspondem com esse cenário: a discrimi-
9	nação e a não garantia de serviços básicos.
10	De ontemão, vale ressaltar que a renda e a posição socioeconômica têm grande
11	influência sobre a capacidade de adquirir informações. Conforme afirma Jorge
12	Werthim, doutor em educação e mestre em comunicações, "O acesso a informação
13	depende da capacidade de decodificar e interpretar. Sem essas habilidades o indi-
14	víduo não se insere plenamente no mundo de trabalho nem na sociedade." Assim
15	se o cidadão não souber de seus direitos e deveres, não poderá participar ativamente
16	do convívio social, nem reivindicá-los.
17	Acesso que a não garantia de serviços básicos fomentam a problemática. Segun-
18	do o IBGE, 64,9% da população brasileira não tem acesso a, pelo menos, um dos direi-
19	tos humanos básicos garantidos na Constituição de 1988. Em virtude disso, re-
20	ratifica-se a necessidade de projetos de conscientização, para que as pessoas possam
21	impor-se perante a sociedade, com o fito de assegurar suas garantias individuais.
22	Em suma, faz-se imprescindível que o governo, a sociedade e as entidades
23	públicas e privadas comprometidas com a educação, por meio de campanhas,
24	decisões e programas sérios e consistentes, criem medidas que viabilizem a infor-
25	mação e o acesso a direitos básicos do ser humano, não serem só direitos, mas
26	também realidade a todos, a fim de que o cidadão possa desenvolver seu espírito
27	crítico e atuar no mundo contemporâneo. Portanto, a sociedade necessita ter conhe-
28	cimento, para poder reivindicar seus direitos, e, assim, a justiça ouzará as
29	demandas.
30	

Caríssima Amanda,

Escolhi tua redação, por primeiro, pelo nome da tua escola. É que morei e trabalhei muito anos em Santa Maria e, por lá, Dom Antônio Reis também foi homenageado com nome de escola, bairro e tudo o mais, porque Bispo da cidade. Então, foi minha memória afetiva que me levou às tuas importantes reflexões, tuas questões a respeito das desigualdades, da indignidade de se viver em um país em que milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar, em que milhões de pessoas não tem acesso a saneamento básico, emprego, moradia, saúde, educação.

Mas, em um segundo momento, ao ler tua redação, veio-me à mente a seguinte máxima de um importante poeta, escritor, aqui do Uruguai, já falecido, de quem gosto muito. Falo de Eduardo Galeano, que nos ensina: “a primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”. E estás absolutamente ciente disso, porque levaste para os leitores e leitoras dados importantes que falam um tanto assim desse nosso país tão desigual.

Curiosa, fui pesquisar sobre tua escola no google e, então, entendi, um pouco, sobre teu espírito crítico, questionador, que desacomoda. Todos os dias, quando tu e tuas/teus colegas ingressam na escola passam por um portal em que são lembrados da importância do quanto “educar para transformar” forma cidadãos e cidadãos conscientes do contexto social, econômico, racial, cultural, em que estão inseridas/os e da tarefa que cumpre a todas/os nós de contribuir para a construção da paz, que só vai acontecer quando tivermos justiça social. Enquanto o alimento for uma mercadoria e não um direito humano, enquanto morar com dignidade for um privilégio e não um direito humano, teremos muito o que fazer.

Sim, precisamos avançar em políticas públicas, proporcionar que todas e todos tenham as mesmas oportunidades, afastando as opressões decorrentes do patriarcado, do racismo estrutural, entre outras estruturas que assolam a maior parte da população brasileira. Precisamos não só de pão, mas também de alimentar a alma, nutrir a esperança, precisamos respirar arte, cultura, lazer e disso já estás bem consciente e, por isso, ao te ler, meu coração se encheu de orgulho e admiração.

Tuas considerações críticas a respeito da realidade brasileira e também do caminho necessário a percorrer até que se tenha justiça social são fundamentais!

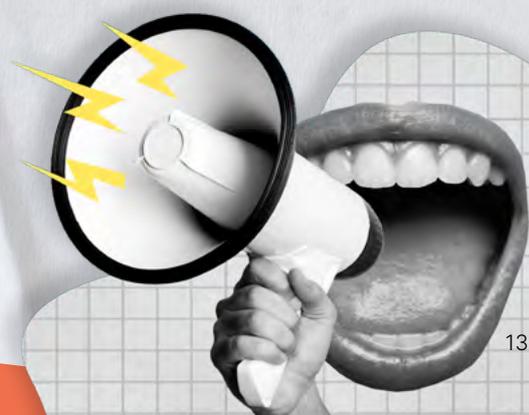
Não, não, isso não se constitui em utopia . E, para falar de utopia, trago para a nossa conversa, mais uma vez, Eduardo Galeano: “a utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Sigamos caminhando!

Um forte e afetuoso abraço,

Karla Aveline de Oliveira

*Juíza de Direito do Terceiro Juizado da Infância
e Juventude da comarca de Porto Alegre*





Ana Paula Sanches**

2º Lugar

3º Ano Ensino Médio

Instituto Federal Farroupilha

Campus Santo Ângelo

1	Escutar ou calar? O dilema da justiça social
2	"Pai apasta de mim esse cálice" - verso memorável presente na música "Cálice" de Chico Buarque
3	e Gilberto Gil - ecoa como um grito de angústia e indignação inspirado pela vida no período som-
4	nio da ditadura militar, no qual a censura e a opressão calaram vozes que buscavam liberdade e
5	justiça. Ainda hoje, milhões de vozes são silenciadas e grupos marginalizados continuam invisibilizados na
6	e pela sociedade. Essas comunidades que incluem em sua maioria indígenas, negros e mulheres passa-
7	ram por diversos períodos da história sendo esquecidas e vivendo nas sombras do corpo social, porém
8	é essencial que, como na canção, a sociedade se abra para escutar e honrar essas vozes não ouvidas
9	e, dessa forma, entenda o papel da Justiça na escuta desses cidadãos.
10	Ao longo dos séculos, os povos indígenas têm enfrentado violações sistemáticas de seus direitos terri-
11	toriais e culturais. Nos últimos anos, a situação de desamparo dos Yanomami, no norte do país, foi a
12	que mais ganhou visibilidade na imprensa nacional. Suas terras são invadidas e garimpadas sem sua per-
13	missão, sofrem com o desmatamento e são palco de conflitos violentos que mutilam suas identidades culturais
14	e violam sua dignidade humana. Além dessas terríveis adversidades, a questão da fome se soma como uma
15	das piores mazelas, negando-lhes todos os direitos anteriores e, principalmente, suas vozes.
16	Em outro contexto sócio-temporal, o livro "Quanto de Despejo" emerge como um testemunho visceral
17	da vida de Carolina (Maria de Jesus, uma mulher corajosa e resiliente que desafiou as barreiras da invisibi-
18	lização. Seus relatos revelam não apenas as dificuldades financeiras, mas também expõem a violência sis-
19	têmica que as mulheres enfrentam nas favelas, onde a insegurança e a exploração são uma presença constan-
20	te. Além disso, as palavras de Carolina lançam luz sobre a amarga verdade da desigualdade racial no Bra-
21	sil, onde os negros são a minoria nas universidades e altos cargos, enquanto constituem a maioria na popula-
22	ção carcerária. Essa disparidade brutal destaca o eu esquecido das vozes silenciadas, em que a opressão his-
23	tórica persistente relega as narrativas das pessoas marginalizadas à obscuridade.
24	Portanto, a Justiça tem a obrigação de escutar as vozes que foram historicamente silenciadas.
25	Assim como a música "Cálice" expressa, é essencial que a sociedade esteja atenta às angústias e as
26	pimções das comunidades marginalizadas, dos indígenas aos negros, mulheres e todos aqueles que foram
27	e ainda são invisibilizados. Da mesma forma, a vida e a luta de Carolina (Maria de Jesus) reforçam a
28	importância de dar espaço às vozes que há muito foram ignoradas. A verdadeira justiça só pode ser
29	alcançada quando todos tiverem a oportunidade de ser ouvidos e, é através da abertura para essas vo-
30	zes, que a sociedade pode se mover em direção a um futuro acolhedor e equitativo.



Tudo bem Ana Paula,

Mais uma vez é um prazer enorme estar me dirigindo a ti, já tivemos a oportunidade de nos conhecer quando da entrega do prêmio que você fez tanto por merecer, pela belíssima produção textual, renovando agora meu reconhecimento, meus parabéns e a certeza de que tens um futuro brilhante pela frente, você irradia luz, simplicidade, inteligência e determinação.

Conseguiste abordar em teu texto, brilhantemente, a temática das desigualdades sociais, que bate às portas do Poder Judiciário a todo momento, dia a dia. O Judiciário jamais pode se calar, Justiça calada, Justiça que não consegue ouvir as vozes de quem não tem voz, não cumpre seu papel. Obviamente esta não é uma tarefa fácil, mas é apaixonante, trouxeste no texto as mazelas por que passam e passaram as mulheres, negros e índios, os quais, por muito tempo, foram simplesmente ignorados e muitas vezes ainda o são.

Todos temos, como sociedade, o dever de nunca esquecer os caminhos tortuosos percorridos por grupos sociais e pessoas que, no passado, foram ignorados, ridicularizados e muitas vezes tratados com desprezo para, de mãos dadas, jamais aceitarmos retrocessos sociais, no que o Poder Judiciário tem papel fundamental, como bem você coloca.

As desigualdades sociais são enormes em nosso País, temos um universo de pessoas que vivem marginalizadas, muitas abaixo da linha da pobreza, em situações em que a violência contra a mulher aflora com muito mais força, onde idosos vulneráveis são vilipendiados e ignorados, onde crianças são exploradas e ignoradas nos seus direitos, onde negros ainda não são tratados como iguais.

Os dilemas sociais, efetivamente, são enormes, como enorme e fundamental é o papel da Justiça. Alenta a mim, como com certeza a todos e todas que militam na tarefa de ministrar justiça, ver vozes com a tua Ana Paula, que com tanta sensibilidade consegue visualizar mazelas sociais tão impregnadas, que precisam ser enfrentadas.

Que consigamos todos afastar o cálice amargo de tempos de opressão e saibamos ouvir com parcimônia todas as vozes que nos chegam diariamente.

Um grande abraço Ana Paula, foi uma enorme satisfação te conhecer e ter a oportunidade de meditar sobre o teu texto.

Luís Carlos Rosa

Juiz de Direito do Juizado Regional da Infância e Juventude de Santo Ângelo





Anna Paula Silva Zimmer

3º Ano Ensino Médio

Escola Estadual de E. Médio 20 de Setembro

Caiçara

1

2 A fábula "A lebre e a tartaruga" permite observar que animais de uma floresta

3 operaram fielmente na vitória do lebre por considerarem-na mais astuta e

4 veloz. Sob esse prisma, tal circunstância é análoga ao cotidiano racial já que algu-

5 mos membros da sociedade são tartarugas e outros desenvoltos. Nesse contexto,

6 coloca-se em evidência a voz de dois grupos sociais que mereçam ser mais ouvidos

7 pela justiça: os transgêneros e os povos indígenas que lutam todos os dias

8 por suas vidas e bem estar.

9 Nesse vis, cabe analisar a grande taxa de violência contra transgêneros no Brasil.

10 De acordo com estatísticas do Congresso Nacional de Justiça, 131 mortes de pessoas

11 transgêneras foram registradas no ano de 2022, muitas vezes causadas por crime de

12 ódio. Com depreciação disso, conclui-se que a violência contra seres cidadãos é extrema-

13 mente opressiva, condenando-os por serem quem são. Portanto, a justiça deve auxi-

14 liar, zelando o respeito e a dignidade contra seres seres humanos que me-

15 merecem ter uma vida plena.

16 Ademais, outra vez que não se é importante ressaltar, são os casos de invasões a

17 comunidades indígenas, fatos destruídos de seus territórios e cultura. De acordo com

18 o relatório anual do Conselho Indigenista Missionário, só em 2021 cerca de 226

19 terras indígenas foram invadidas por povos brancos para expandir o minério. Nessa

20 conjuntura, é imperativo que a justiça ouça a clamor de seu povo, metaforicamente

21 quelemos, em quais incluem seres territórios e devem perdendo os recursos ma-

22 térias que garantem sua subsistência.

23 Diante, é imprescindível que medidas jurídicas sejam tomadas, buscando

24 garantir a segurança desses minorias. Para isso é preciso que os órgãos de justi-

25 ça ouçam e atuem efetivamente, promovendo leis mais severas e que busquem pu-

26 nir crimes de ódio cometidos contra seres grupos vulneráveis. A partir dessa conduta

27 o controle de transgêneros e a destruição dos territórios de povos indígenas serão de-

28 vidamente criminalizados, resultando na maior homogeneização racial e, simbó-

29 licamente, os leões astutos, curvados e isótopos que estão acostumados, numa his-

30 tória comido de preguiça em outros vidos.

Olá Anna Paula,

Parabéns pela tua redação. Gostei muito de ter recebido para ler. Você conseguiu passar muito bem o teu recado. São tantas as vozes que não são ouvidas, não é?

Frequentemente nos deparamos com violações aos direitos humanos que nos deixam perplexos. Partilho contigo das mesmas angústias. Você elencou dois segmentos dentre tantos que merecem sim maior escuta e proteção.

Gostei muito da leitura que você apresentou sobre a lebre e a tartaruga. Sempre valorizei o empenho da tartaruga. Hoje olhei para as lebres que estão por aí. Lebres que saem na frente e cantam vitória, que são mais valorizadas porque são astutas, que se acostumaram ao êxito, que deixam as tartarugas para trás, por vezes invisíveis e caladas. Mas, lembro que a persistência da tartaruga fez com que ela ganhasse a corrida!

Tomara que no nosso futuro tenhamos muitas Annas Paulas, com olhares atentos e prontas para ouvir aqueles que não tem voz. E que elas sejam persistentes como as tartarugas e ajudem a transformar a realidade de quem é mais vulnerável. Somente assim poderemos construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Um abraço carinhoso.

Rosana Broglio Garbin

Desembargadora do TJRS e Diretora do Departamento de Direitos Humanos da AJURIS





Antonieli Helena Fernandes

9º Ano Ensino Fundamental

E.E.E.F. Nossa Senhora Da Oliveira

Vacaria

1	Estender a mão
2	
3	Hoje em dia é notável a falta de confiança do povo brasileiro na Justiça e nas
4	leis do nosso país. Uma das principais razões para essa opinião popular é, em
5	parte, o longo período de espera quando se trata de processos judiciais,
6	o que talvez indique a possibilidade do nosso sistema ser lento e falho. Outro
7	fator de grande importância para a visão negativa do povo em relação à Jus-
8	tiça é a enorme sensação de impotência e negligência, que talvez esteja co-
9	nectado com o período de espera nos processos judiciais, que faz com que
10	as pessoas carreguem o sentimento de não serem ouvidas.
11	Esse sentimento está diretamente ligado com a classe social de cada
12	indivíduo, ou seja, a influência e o dinheiro são fundamentais para definir
13	a relação de alguém com a justiça. A sensação de desamparo para com a lei
14	é vista em todos os lugares, e a pergunta para se fazer sobre isso é: como a
15	Justiça pode mudar isso?
16	A resposta pode ser diversa e complexa, mas o ponto principal é ouvir a
17	quem precisa: o povo.
18	Quem eu me refiro com "povo" é todos que procuram a Justiça, não
19	importando qual sua condição financeira, raça, gênero ou sexualidade. A
20	Justiça em um mundo ideal sempre estende a mão para quem precisa.
21	Uma justiça sem falhas é considerada, por boas razões, como uma fan-
22	tasia, mas é importante lembrar que tudo está em processo de evolução
23	e transformação, incluindo a própria Justiça.
24	Por isso, o esforço de ouvir e estender a mão para quem precisa
25	nunca será "em vão", mas sim algo essencial para o futuro da
26	humanidade.
27	
28	
29	
30	



Cara Antonieli,

É com muita alegria que recebo sua redação e a parabeno por nos trazer tão importantes reflexões acerca do papel de Justiça na nossa sociedade.

Realmente, realizar justiça é um desafio enorme. Nós, juízes, estamos muito empenhados em assegurar que o correto prevaleça. Ainda assim, a sociedade é complexa e as desigualdades existentes, de todas as ordens, por vezes são difíceis de transpor. Os juízes, afinal, são humanos, falhos por natureza, mesmo que imbuídos da sua importante missão de resolver os conflitos.

É bem verdade, também, que o Sistema de Justiça muitas vezes tarda. Como disse Ruy Barbosa, *“justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”*. Isso acontece não por falta de disposição nossa em dar celeridade às causas judiciais, mas da sobrecarga sofrida pelo Poder Judiciário, com sua estrutura limitada, diante das infindáveis demandas existentes.

Hoje, a população nos procura constantemente para resolver todo tipo de problema, como para obter o tratamento de saúde ou a vaga em creche a que tem direito, para resolver litígios surgidos dentro das famílias, para prevenir ou corrigir situações de risco a que estejam expostos crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, e muitas outras. Se as pessoas nos procuram, mesmo que seja sua última alternativa, é porque confiam e têm esperança de receber uma resposta adequada. O Poder Judiciário compromete-se a buscar sempre a melhoria da sua estrutura para que o povo possa, cada vez mais, seguir confiando no nosso trabalho e nos acionando nos casos de necessidade, mantendo as portas abertas, acolhedoras, para fazer prevalecerem os direitos do cidadão.

Mesmo diante dessa realidade, não podemos nunca perder a vontade genuína e o ideal de dar a cada um o que justo, com a máxima brevidade possível, promovendo a paz social. É por isso que nos enche de esperança ver jovens como você, desde cedo, despertando a consciência crítica, o olhar aguçado para tudo o que ocorre à sua volta. Essa sabedoria certamente já contribui e contribuirá ainda mais no futuro para a construção de uma cidade, um país, um mundo que sejam lugares melhores, mais justos e pacíficos.

Justiça é uma construção coletiva. Convido-a a nos ajudar a levá-la a todos os âmbitos, seja nos lares, nas escolas e nas comunidades, seja por meio da profissão que escolher e ocupando os espaços públicos de debate que estão abertos aos cidadãos.

Um fraterno abraço.

Rafael Folador

Juiz de Direito da Comarca de Charqueadas





Eduarda Wandscheer Silveira*

1º Lugar

3º Ano Ensino Médio

Escola Estadual de Ensino Médio Curupaiti

Vale Verde

1	Quem a justiça (mão) é.
2	"A justiça tarda, mas não falha," tal ditado popular reflete uma ideia de que deveria ser a justiça: um sis-
3	tema que pode não ser o melhor, porém, tem certo em sua totalidade. Entretanto, essa ideia mostra-se
4	fantasiosa ao levar em consideração o contexto atual, uma vez que se tão aclamada sistema
5	Judicial, muitas vezes, não ouz aqueles que mais precisam dele. Assim, sujeitos que, em sua
6	generalidade, são mais fragilizados têm suas oportunidades de buscar por paridade
7	redadas pelas mais variadas maneiras.
8	A exemplo disso, é possível citar o famoso caso de ordência contra Maria da Penha. Ela, uma
9	farmacêutica natural de Ceará, enfrentou dentro de sua própria casa o abuso realizado pelo seu
10	marido, e, ao buscar por justiça e denunciar seu agressor, teve que combater a falta de apoio
11	e desconfiança por parte das autoridades. Ademais, não são apenas episódios de grande repercussão que
12	refletem a pouca atenção e segurança jurídica concedida às camadas mais vulneráveis da
13	sociedade. Todos os dias, mãos são afastadas de seus filhos, trabalhadores sofrem em local
14	de trabalho, entre outros. Ou seja, histórias como a de Maria frequentemente adocem de ci-
15	dadões que não foram escutados por quem deveria protegê-los.
16	Além disso, vale ressaltar, que o grande número de injustiças não é causado somente por
17	negligência ou aspectos de igual natureza, mas sim, é uma consequência da precariedade
18	que abrange tal sistema. Escassez de recursos e transparência, má gestão, a morosidade que acom-
19	panha cada processo e a corrupção são apenas alguns dos obstáculos que marcam presença
20	quando algum indivíduo resolve procurar por equidade e consideração por parte da lei. Desta for-
21	ma, os processos também são congelados pela sua própria desconfiança na infraestrutura jurídica - a
22	desistência de muitos cidadãos, visto que terão de enfrentar inúmeras impasses durante sua luta.
23	Portanto, diferentemente da ideia repassada pelo supramencionado ditado popular, a justiça tar-
24	da, e sim, falha. Todavia, uma cruel realidade não deveria impedi-la de, de uma vez por todas,
25	escutar o farmacêutica, a mãe, o filho, o trabalhador e quaisquer outros que mereçam dela. Outrossim,
26	o ideal, mas ainda utópico, seria se esse sistema deixasse de tratar como iguais aqueles para os quais
27	a vida frís desigual. Pois, nos palavras do político e jurista brasileiro Rui Barbosa, "Se os
28	fracos não têm a força das armas, que se armem com a força de seu direito."
29	
30	

Oi Eduarda Wandscheer Silveira.

A tua reflexão sobre um dos mais graves problema do Poder Judiciário é de grande relevância, sobretudo porque, a partir do tema proposto, amplia a sua problematização. Morosidade e escuta ativa e sensível das autoridades estão interligados.

Sem dúvida, a principal queixa da população em relação ao Poder Judiciário é a morosidade, que, pelo ditado, seria minimizada porque a solução do litígio, da contenda, da demanda em algum determinado tempo chegaria e isso bastaria.

Mas sabemos todos, como bem colocas, que isso só não basta.

Sobre a morosidade, de certa forma, há instrumentos que podem afastar esse obstáculo como a adoção de novas tecnologias de informatização, inteligência artificial, padronização de ritos e decisões decorrentes de processos de consumo de massa (telefonía, TV a cabo etc) e ampliação dos quadros de juízes e servidores.

Contudo, a questão de ser ouvido, de ter atenção à sua demanda, ter o direito a um dia de tribunal, conversar com o juiz, sobretudo aos mais vulneráveis, que dependem de políticas públicas, inclusive para o ingresso no Judiciário por intermédio de defensoria pública, é um problema que exige muito mais que a questão material de estrutura do Poder Judiciário.

Ela exige humanidade, sensibilidade, responsabilidade e compromisso com uma visão de Justiça além do que a literalidade da lei e a formalidade do processo podem fornecer.

Para isso precisamos de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, advogados, Delegados de Polícia e de todos que de alguma forma atuam no sistema de Justiça tenham uma boa e sólida formação humanista e crítica para que consiga olhar além da crueza fria dos autos dos processos e possa enxergar o que a vulnerabilidade oculta e, por carências, não consegue evidenciar e só dessa forma se possa tentar fazer uma Justiça com mais afeto, sentimento, que possa tocar a mente e o coração do jurisdicionado, do cidadão, e que e possa se sentir acolhido e com a segurança jurídica merecida e devida.

Parabéns Eduarda pela tua excelente redação e que ela sirva como estímulo para que algum dia possa contribuir para a evolução do direito, do Judiciário e da Justiça.

Um afetuoso abraço.

Cláudio Luís Martinewski

Desembargador do TJRS e Ex-presidente AJURIS 2022-2023





Elisa Daniele Alves Dos Reis ***

3º Lugar

1º Ano Ensino Medio

EEEM Presidente Kennedy

Cachoeirinha

1	No coração de um sistema jurídico justo e equitativo reside a essência da igualdade e da imparcialidade. A pergunta crucial que se coloca é: a quem a justiça deve realmente ouvir? A resposta vai além das palavras proferidas nos tribunais, alcançando as vozes muitas vezes silenciadas pela marginalização e pelo preconceito. A justiça não pode ser cega para as histórias dos oprimidos, para as experiências dos subjugados.
2	
3	
4	
5	
6	A voz dos menos privilegiados deve ecoar com a mesma intensidade que a dos poderosos. É imperativo ouvir as vítimas de discriminação, os marginalizados pela sociedade e aqueles que sofrem sob a opressão. A justiça verdadeira requer uma análise minuciosa das perspectivas de todos os envolvidos, a fim de entender as nuances e contextos que cercam cada caso.
7	
8	
9	
10	Além disso, a justiça deve ouvir a voz da razão, da lógica e da evidência. O sistema legal não pode ser guiado apenas por sentimentos e opiniões, mas deve se alicenciar em fatos concretos e análises imparciais. A expertise dos especialistas e a sabedoria dos juristas desempenham um papel fundamental na construção de decisões justas e bem fundamentadas.
11	
12	
13	
14	Entretanto, a justiça deve ouvir a chamada da compaixão e empatia. Por trás de cada processo, há seres humanos com histórias de vida complexas e experiências únicas. A capacidade de compreender a dor e o sofrimento alheios é crucial para garantir que as decisões tomadas não apenas cumpram a lei, mas também atendam ao senso de humanidade que deve permear qualquer sistema legal digno.
15	
16	
17	
18	
19	Em resumo, a pergunta "quem a justiça deve ouvir?" responde-se com um coro de vozes diversas: os especialistas, os juristas, mas também os marginalizados, os oprimidos e as vítimas. Uma justiça autêntica é aquela que ouve, compreende e considera todas essas vozes, buscando equilíbrio entre a lei e a compaixão, entre a imparcialidade e a empatia. Somente quando todas essas vozes forem ouvidas é que a justiça será verdadeiramente efetiva.
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

À Elisa

O conceito de justiça é objeto de grande debate filosófico há longo tempo e, o quão comovida fiquei ao ler a tua redação, que captou precisamente a preocupação de grande parte de nós juízes: a necessidade de julgar com empatia.

Elisa, quando li teu texto, senti nele a vontade de uma jovem em fazer sua parte na construção desse nosso mundo; lembrei que já fui jovem e já tive, também, esse sentimento fresco que nos impulsiona a fazer. Você fez!

Quando eu te conheci pessoalmente, confirmei que o texto expressa tua personalidade, de alguém que vive a comunidade escolar, que é solidária a todos ao teu entorno e que tem planos para o futuro. Gosto de pensar que ninguém é capaz de deter alguém com um sonho.

Vi que a tua família, tua escola, teus professores e teus colegas formam um ambiente saudável e próspero, lembre sempre que vocês formam uma parcela valorosa da nossa sociedade.

Ao ingressarmos na Magistratura, tivemos a oportunidade de conversar com a população, questionando as suas impressões sobre a justiça e sobre os juízes, e esse exercício foi enriquecedor. Aqui, trabalhamos com uma carga pesada de trabalho e a energia pesada das disputas. A repetição dos problemas nos fragiliza, mas também nos fortalece na intenção de tentar melhorar. Porém um juiz só não é capaz, nem um Tribunal inteiro, se não tivermos a baliza da consciência geral do que é o melhor, o “senso de comunidade”, como escreveste.

Posso dizer que já conheci um tantinho de ti e, com isso, identifico-me ainda mais com a ideia que trouxeste: “...equilíbrio entre a lei e a compaixão, entre a imparcialidade e a empatia”.

Mencionaste as pessoas que sofrem preconceitos e vejo, diariamente, que somos muitos os cidadãos que não preenchemos todas as características idealizadas pela maioria. De perto, podemos ver que a minoria hoje poderia ser considerada livre de preconceitos, se é que há. Então, convém nos perguntarmos frequentemente: essa ideia contempla todas as minhas características e necessidades? E as de meus filhos, e as de meus amigos ou de meus vizinhos? O ser humano é tão diverso, que é difícil identificar claramente um caminho a seguir, sem ampliar o debate. Às vezes a contenda de duas partes não esgota o assunto e isso também é preocupação da justiça. Penso em que medida a empatia para com duas pessoas é suficiente. Então, pude constatar que somos uma parcela, pequena, da sociedade, longe de esgotá-la ou de representá-la de qualquer modo.

Entretanto, também quis te dizer naquele dia, e reforço nesse texto, que aquele que faz é exemplo para incontáveis pessoas. E você, ao escrever esse texto, já mudou o mundo.

Suélen Caetano de Oliveira

Juíza de Direito do Juizado da Infância e da Juventude de Cachoeirinha





Emili Renner Velmude

3º Ano Ensino Médio

EEEM Aparicio Silva Rillo Cívico-Militar

São Borja

1	Alguém a viu?
2	Podê a justiça?
3	Se errou,
4	Por causa do cabelo,
5	re ofendeu.
6	Por quê?
7	Uou, sério!
8	Quer que eu te explique?
9	Pelo dinheiro,
10	não é simples?
11	Elo é folha,
12	Pague e será morto,
13	que piada!
14	Acho isso certo?
15	Eu não acho,
16	e os vítimas feitos de copocho.
17	Se foi pobre leva ainda mais exulacho.
18	E quanto os falsos vítimas?
19	Aqueles que fingem
20	e ainda ganham na justiça.
21	Seu jorrem,
22	mas já é suficiente para ver que:
23	Do mesmo lado elo não ocione,
24	nó de quem pode.
25	Como pode?!
26	Yulvez não tudo uma questão de sorte.
27	
28	
29	
30	

Emili, da cidade de São Borja, traduziu em versos a sua desesperança na Justiça. Não nega suas origens na beleza do texto elaborado – celeiro de artistas e tradicionalistas que levam o nome deste Estado aos lugares mais remotos do país.

Relatou que as Missões, na fronteira oeste deste imenso Rio Grande, é um lugar esquecido, inclusive, pela Justiça.

Sem dúvidas, “a Terra dos Presidentes”, e muitas cidades da região, demonstram contrastes gigantescos: de um lado, uma pequena parte da população ostenta terras a perder de vista, de lavouras de trigo e soja. De outro lado, muita pobreza, abandono estatal, vulnerabilidade ao tráfico de drogas.

Para ela, o dinheiro vai ditar quem fica ou não preso, quem vai ter tratamento adequado ou não.

Uma jovem que não vê a igualdade diante dos seus olhos. Pode-se recriminá-la por isso? Jamais.

É preciso que a Justiça ouça todas as vozes, de toda a sociedade.

Emili pede nossa atenção para que todos sejam tratados com dignidade, pois, todos somos humanos.

Querida Emili, agora falo contigo: ‘Trabalho todos os dias para que a Justiça seja aquela que sempre sonhei. Que a venda nos olhos da deusa Themis seja sinal imparcialidade e não indiferença. Sou mulher, assim como você, e vivi nas Missões por quatro anos. Sei exatamente o que você sentiu quando escreveu os teus versos, e teu grito vai ecoar. Teu sonho de igualdade também é meu. E são mulheres como você, que precisam de voz na sociedade.’

Ana Lúcia Todeschini Martinez

Juíza de Direito, Diretora do Foro da Comarca de Campina das Missões





Érica Alvares Seabra

3º Ano Ensino Médio

EEEM Governador Walter Jobim

Viamão

1	Igualdade perante a lei: quando ela será aplicada?
2	
3	No livro "Um Defeito de Cor", de Ana Maria Gonçalves, é narrada a história de uma menina africana
4	que foi trazida ao Brasil para ser escravizada, sendo obrigada a crescer ao lado de pessoas desuma-
5	nas e vivenciando uma série de desafios e injustiças em sua vida. Para além da ficção, observam-se, a-
6	tualmente, episódios explícitos de discriminação racial e a presença do racismo institucional. Posto isso,
7	respondendo à indagação, a Justiça precisa ouvir cada vez mais a população negra brasileira, dado que
8	esta ainda enfrenta diversos níveis de desigualdade social e de preconceitos com a sua cultura.
9	É interessante lembrar que, no artigo 5º da Constituição de 1988, declara-se que todos são iguais pe-
10	rante a lei. Todavia, infelizmente, o constante crescimento da pauperização e da criminalidade em regiões mar-
11	ginalizadas e ocupadas majoritariamente por cidadãos negros, demonstra que o discurso humanitário, mais
12	uma vez, não saiu do papel. Ademais, os empregos menos qualificados e de mão de obra barata são, em sua es-
13	maganda maioria, destinados às classes pobres e negras. Em decorrência disso, cria-se uma normaliza-
14	ção para a distribuição desigual de oportunidades entre as classes sociais, visto que a lógica racista es-
15	tá enraizada em todos os segmentos da sociedade brasileira.
16	Outrossim, é notório que a cultura negra e afrodescendente ainda é alvo de preconceito racial
17	e de distorções históricas difamatórias, tendo como consequência o desafio de lidar com críticas
18	infundadas e enviesadas. Nesse sentido, vale salientar que, desde o período colonial — que promoveu a
19	aculturação de grupos indígenas e africanos —, a religião é o elemento cultural que mais é res-
20	tringido de se manifestar livremente. Em paráfrase, até os dias de hoje, são praticadas for-
21	tes condutas de caráter etnocêntrico, que não permitem valorizar adequadamente a impor-
22	tância histórica do mosaico cultural existente no Brasil.
23	Em virtude do que foi abordado, reitera-se que a Justiça precisa, sim, ouvir mais a popula-
24	ção negra brasileira, cujo objetivo é de que haja a materialização das reparações históricas
25	necessárias, a garantia de igualdade perante a lei e a mitigação de privilégios sociais. Com
26	isso realizado, surgirá, como resultado, a construção de um país mais igualitário e democráti-
27	co, na medida em que as oportunidades serão distribuídas de maneira (igualita) universal e sem
28	distinção. Como dizia Martin Luther King, a injustiça em qualquer lugar é uma ameaça
29	à justiça em todo lugar.



Querida Érica,

Logo que comecei a ler teu texto, já me senti conectado a ele. Quando estou terminando de ler, ainda me deparo com a feliz coincidência de que a frase que tu usaste de encerramento (aquela célebre passagem de Martin Luther King) fez parte do meu discurso de posse como juiz. Temos o gosto parecido!

Ao ler tua redação, delicadamente tecida, sobre a desigualdade racial no Brasil, me senti tocado pela tua sensibilidade e perspicácia para tratar sobre esse tema tão importante e delicado. Também deu muito gosto de ver que é notável o teu domínio da língua portuguesa!

A forma como tu exploraste as nuances da desigualdade racial no nosso país, tocando nas raízes históricas e analisando as ramificações contemporâneas, revela não só uma compreensão intelectual, mas também um sentimento puro e sincero por todos que sofrem as consequências desse flagelo social. Tua habilidade de articular essas questões de forma tão eloquente e fluida é verdadeiramente admirável.

Em tempos como os nossos, em que as pessoas passam a maior parte do tempo diante de telas, desconectadas dos livros e umas das outras, ver uma pessoa jovem, como tu, escrever tão bem e com tamanha empatia por um tema que é tão caro para um futuro mais socialmente justo me deixa cheio de orgulho.

Queria desejar que tu sigas por esse caminho, de dedicação aos estudos e de sensibilidade para ter um olhar humano em direção às coisas importantes da vida.

Um abraço carinhoso, parabéns pelo excelente texto. Continua brilhando!

Rodrigo Antola Aita

Juiz de Direito, Diretor do Foro da comarca de Faxinal do Soturno





Guilherme Francisco Perazzolo

3º Ano Ensino Médio

E.E.E.M. Rachel Calliari Grazziotin

Caxias Do Sul

1	Um Equilíbrio Necessário
2	No campo da administração da justiça reside a essência da democracia, onde a voz dos afetados por um
3	processo é essencial. Se justiça não pode ser meramente uma ação entre partes litigantes; deve ser um
4	processo inclusivo, que abrange diversas perspectivas e visões. O tribunal tem o dever não
5	só de ouvir as partes envolvidas, mas também os especialistas e a opinião pública. No entanto, essa
6	tarefa é complexa e suscita desafios que carecem de ponderação e equilíbrio.
7	No ouvir diretamente as partes, a corte pode capturar os detalhes e nuances que circundam
8	um caso. O escuta de especialistas, por sua vez, traz luz sobre complexidades técnicas e
9	científicas que o tribunal muitas vezes carece. Todavia a pressão pública pode levar a julgamentos
10	influenciados por emoções momentâneas, negando a objetividade que o sistema judiciário requer.
11	E a excessiva confiança na especialização pode alienar os valores humanos inerentes aos casos, que
12	frequentemente transcendem puros análises técnicas.
13	Se justiça deve incorporar a voz das partes, a expertise dos especialistas e a sabedoria
14	colativa da sociedade. Enquanto a opinião pública deve ser considerada, ela não pode substituir
15	a análise rigorosa e imparcial. Da mesma forma, os especialistas trazem um saber
16	inagotável, mas suas perspectivas devem ser contextualizadas à luz das circunstâncias
17	humanas. O tribunal, portanto, deve exercer sabedoria para discernir quais vozes
18	mereçam mais peso em diferentes contextos quando as ouvir. Além disso, o
19	sistema judiciário deve habitualmente ser transparente em suas deliberações, comunicando
20	com clareza os critérios utilizados para chegar às decisões finais. Essa transparência
21	não apenas fortalece a confiança na justiça, mas também educa a sociedade sobre as
22	complexidades e desafios inerentes a cada caso.
23	Em conclusão, a justiça é uma orquestração complexa com diversas vozes. Escutar
24	as partes, os especialistas e a sociedade em geral é fundamental para um sistema justo.
25	No entanto, o processo deve ser conduzido com discernimento e responsabilidade. Se
26	justiça não se trata apenas de tomar decisões; trata-se de fazer justiça, respeitando a imparci-
27	alidade, a integridade e a compreensão do que é melhor para todos. O busca por este
28	equilíbrio é uma das bases que sustentam a confiança pública na administração da
29	justiça e na preservação da democracia.
30	

Caro Guilherme:

Fiquei muito bem impressionado com a tua maturidade e coerência do teu texto ao abordar todos os aspectos que envolvem o fazer Justiça em uma sociedade complexa como a nossa, o que bem destacas já de início, ao salientar as principais virtudes exigidas à quem tem a difícil tarefa de prestar jurisdição: **“ponderação e equilíbrio”**.

Ao longo de toda a tua redação, dissestes da importância de o Judiciário **“ouvir”** às partes e à sociedade, sem ceder à **“pressão pública”** que pode levar a julgamentos **“influenciados por comoções momentâneas, negando a objetividade que o sistema judiciário requer”**. Perfeita reflexão, quanto mais quando já na sequência bem advertes que, todavia, a justiça deve **“incorporar a sabedoria coletiva da sociedade”**, para que não reste alienada dos valores e da cultura da realidade em que está a atuar.

De fato, comunhão de propósitos entre a Justiça e a sociedade é determinante para que o Judiciário tenha a confiança das pessoas, para o que deve agir com **“transparência, imparcialidade e responsabilidade”**, tal como bem destacas ao longo da tua abordagem.

Ainda que nas Faculdades se ensine, em uma visão positivista, que o Direito é um conjunto de leis e normas aprovadas pelo Estado para serem aplicadas pelos juízes nos julgamentos de casos concretos, com finalidade de pôr ordem na sociedade, sabemos que, em realidade, é mais do que isso. Na perspectiva do sistema de justiça, o Direito é sobretudo modo como os homens vêm se organizando ao longo da história para solucionar conflitos, a exigir, em sociedades complexas e injustas como a nossa, cada vez mais, flexibilidade na sua aplicação, de modo a permitir julgamentos que se revelem adequados ao caso concreto, o que evidentemente não se confunde com arbitrariedade.

Nesse sentido, perfeita a forma como concluístes a tua redação, ao dizer que **“a justiça é uma orquestração complexa que supõe discernimento e responsabilidade”**, destacando que a tarefa do Judiciário **“não se trata apenas de tomar decisões, trata-se de fazer justiça”**. Tens toda a razão: é o atendimento à expectativa geral de justiça que gera a necessária confiança das pessoas no Judiciário e reforça sua relevância no cumprimento de sua finalidade, que também é de **“preservação da democracia”** (tua última frase), o que, aliás, testemunhamos nos recentes episódios que o país viveu.

Parabéns, Guilherme, e obrigado pela brilhante redação, cujas reflexões só confirmam o acerto dessa iniciativa da AJURIS quanto à necessidade de que a Justiça ouça o que os jovens têm a dizer sobre o nosso papel. Espero um dia te conhecer pessoalmente, talvez em um encontro de juízes, pois tens perfil e maturidade para seguir a carreira da magistratura. Quem sabe?!

Grande abraço.

Ricardo Pippi Schmidt
Desembargador do TJRS.





Isabela Thiesen Franke

7º Ano Ensino Fundamental

Escola Estadual de Ensino Médio Curupaiti

Vale Verde

1	Balança da Justiça
2	A justiça é uma balança
3	Busca igualdade para todos ser
4	E a lei que guia o destino
5	A força que deve fazer o bem prevalecer
6	
7	Nem sempre a balança é justa
8	O peso muitas vezes é desigual
9	E com os olhos vendados...
10	As decisões nem sempre enxergam o ideal
11	
12	A justiça ouve a lei
13	E quem ouve o injustiçado?
14	Por quem o menino deveria ser amparado?
15	O pobre, podia pagar?
16	Quem ouviu o pai dizer que seu filho não podia alimentar?
17	Quem ouviu os que tiveram a liberdade perdida,
18	Sem ter a voz reconhecida?
19	
20	A justiça precisa os olhos vendados
21	Seguir cegamente o que diz a lei a nós
22	Mas assim, será que consegue ajudar?
23	Os excluídos precisam de oportunidade e voz
24	
25	A esperança somos nós jovens
26	Com visão de futuro e mudança
27	Podemos contribuir nessa busca insistente
28	Ouvir as necessidades é nos dar uma chance
29	de termos um futuro bonito e decente
30	E quem sabe... Sentirmos o equilíbrio da balança.

A balança da Isabela

Impactante foi o contato com a sensibilidade e profundidade da jovem Isabela Thiesen Franke, que se expressou em versos de poesia na sua redação.

Isabela, como você mesmo disse, a balança da justiça é a força que deve fazer o bem prevalecer. Porém, às vezes nos deparamos com situações de injustiça. A sua indignação também é a minha. Fico contente em saber que você, assim como eu, não se conforma quando as pessoas não têm sua voz e vez legitimamente reconhecidas e respeitadas.

Você mencionou que a justiça é cega. Lembro que a venda sobre os olhos simboliza a ideia de que a justiça deve ser imparcial, tratando a todos igualmente, garantindo os mesmos direitos, independentemente de sua origem ou posição social. A verdadeira essência da justiça é a busca pela correção das desigualdades mencionadas na sua redação. A existência de injustiças é que nos torna vigilantes para trabalhar e corrigi-las, lutando por um mundo melhor, equilibrando a balança.

O conselho que posso dar a você é que nunca perca o ímpeto. O desejo constante de mudança do que não está correto deve seguir permeando a sua vida. A esperança de afastar as injustiças também é resultado das nossas escolhas e atitudes. As lutas são diárias. Tenha a certeza de que você não está só.

Saiba que o Poder Judiciário atua buscando garantir direitos e corrigir injustiças. Se os olhos da justiça estão vendados, os ouvidos estão abertos e aguçados. E é para ouvir a todos. Especialmente os que passam por alguma vulnerabilidade.

Fica a minha admiração e respeito por você, Isabela, que me presenteou com a sua reflexão sobre a justiça na sua vida. É gratificante poder perceber que você está engajada com as dificuldades sociais ao seu redor. Obrigado por compartilhar a sua impressão de vida em formato de poesia.

Cássio Antônio Caldart

Juiz de Direito





João Augusto Crestani Dos Santos

2º Ano Ensino Médio

I.E.E. Irmão Getúlio

Vacaria

1	Quem a justiça precisa ouvir?
2	
3	Em uma sociedade fundamentada na igualdade e na busca por uma harmoniosa
4	formaniosa, a justiça desempenha um papel crucial na resolução de conflitos e na ma-
5	ntenção da ordem. No entanto, para cumprir efetivamente essa função, é imprescindível
6	que a justiça dê voz a todas as partes envolvidas, ouvindo atentamente seus relatos e
7	perspectivas. Nessa perspectiva, discutiremos neste ensaio quem a justiça precisa ouvir, tra-
8	çando a importância de dar voz aos marginalizados, às vítimas, aos acusados e à so-
9	ciade como um todo.
10	A justiça deve estar atenta aos indivíduos marginalizados e sub-representados na
11	sociedade. Grupos minoritários, como pessoas de cor, imigrantes, LGBTQ+, e pessoas com
12	deficiência e outros, frequentemente enfrentam desigualdades e discriminações estruturais. Para
13	promover a verdadeira justiça, é essencial que seus depoimentos e experiências sejam ouvidos.
14	Isso não apenas garante que todos sejam ouvidos e tratados com equidade, mas também per-
15	mite a identificação de padrões sistêmicos de injustiça que podem ser corrigidos.
16	As vítimas de crimes e abusos também merecem ter a sua voz ouvida. Muitas
17	vezes, essas pessoas passam por traumas profundos e precisam ser acolhidas e ouvidas
18	o que sofreram. Ao ouvir as vítimas, a justiça pode fornecer o suporte necessário, ga-
19	rantindo que suas histórias sejam levadas em consideração na busca por soluções e na
20	aplicação de medidas preventivas adequadas aos agressores. Além disso, ouvir as vítimas per-
21	mite um sentimento de validação e empoderamento, ajudando na sua recuperação emocional
22	e psicológica.
23	A justiça não se resume a condenar, mas também a garantir a imparcialidade e
24	a presunção de inocência. Nesse contexto, é crucial que os acusados tenham a oportunidade
25	de se expressar e de apresentar sua versão dos fatos. Ouvir os acusados permite uma análise
26	mais completa dos eventos, evitando julgamentos precipitados e contribuindo para uma deci-
27	são baseada em evidências e argumentos sólidos. Dessa forma, a justiça pode evitar equívocos
28	e garantir a integridade do processo legal.
29	A verdadeira justiça requer que todos os envolvidos sejam ouvidos, incluindo margina-
30	lizados, vítimas, acusados e a sociedade em geral.

A JUSTIÇA PRECISA OUVIR OS EXCLUÍDOS

Com muita felicidade e esperança leio a exortação de João Augusto Crestani dos Santos: “A Justiça deve estar atenta aos indivíduos marginalizados e sub-representados na sociedade. Grupos minoritários, como pessoas de baixa renda, imigrantes, LGBT+, pessoas com deficiência e outros, frequentemente enfrentam desigualdades e discriminação estruturais”.

Efetivamente, ainda que a demanda do sistema de justiça brasileiro apresente-se significativa e crescente, esta realidade não implica, necessariamente, possuem os indivíduos índice satisfatório de facilidade no acesso, estejam levando suas pretensões ao sistema de justiça adequadamente ou mesmo que confiem e estejam satisfeitos com a eficiência desse modelo de resolução de conflitos.

De fato, a “discriminação estrutural” denunciada em tua redação, João Augusto, restou descortinada em pesquisa coordenada pela socióloga Maria Tereza Sadek (2001), demonstrando a relação direta existente entre o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos brasileiros – que considera a renda, o nível de educação e a expectativa de vida dos indivíduos em cada região do país – e o número de processos iniciados no sistema de justiça.

Após afirmar que o número de processos iniciados cresce e diminui na mesma proporção do índice de desenvolvimento humano das populações que habitam as mais diversas regiões do Brasil, circunstância que denuncia uma profunda desigualdade no acesso à justiça, a pesquisadora conclui que “qualquer proposta de reforma do Judiciário deve levar em conta que temos hoje uma Justiça muito receptiva a um certo tipo de demandas, mas pouco atenta aos pleitos da cidadania” Sadek (2001, p. 41).

Esses dados mostram-se especialmente preocupantes em um país que se apresenta como o oitavo no mundo em desigualdade social e também porque a assimetria no acesso e na utilização do sistema de justiça acentua as desigualdades econômicas e sociais, conforme Sadek (1999).

Segundo José Renato Nalini (2000) “perante o Judiciário, não parece verdadeiro que todos sejam efetivamente iguais”, porquanto vastas camadas populacionais vem sendo singelamente excluídas da justiça convencional.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2008), em conferência sobre o acesso à justiça no Brasil, existe no país uma demanda suprimida por justiça, representada por legiões de indivíduos que não conhecem seus direitos ou os conhecem mas sentem-se impotentes para reivindicá-los, o que chama de sociologia das ausências, asseverando que olhar para essa demanda é proceder-se a uma revolução democrática da justiça e conclui: “o acesso irá mudar a justiça a que se tem acesso”.

Identifica-se, assim, na atualidade, um inequívoco cenário de crise no acesso ao direito, à justiça e aos tribunais, o que impõe urgentemente que a Justiça ouça aquelas pessoas de mais dela necessitam: as pessoas sem acesso aos direitos.

Muito obrigado pela advertência, João Augusto!

Fica meu desejo de que possamos, juntos, construir uma sociedade com efetivo acesso à justiça aos que dela mais necessitam e, por consequência, com mais igualdade e com dignidade a todas as pessoas!

Marcelo Malizia Cabral

Juiz de Direito da comarca de Pelotas



Lucas Luza

9º Ano Ensino Fundamental

Escola Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva

Casca

1 Um novo poder: o voz dos jovens.

2 Os jovens e adolescentes devem ser ouvidos para promoverem justiça

3 na sociedade por diversas razões fundamentais. Seu voz é uma po-

4 derosa força de mudança social. Suas campanhas, protestos e

5 ativismo têm demonstrado que podem criar consistência e mo-

6 bilizar a sociedade para lutar por causas importantes.

7 Primeiramente, esses grupos representam uma parcela significa-

8 tiva da população e são diretamente afetados pelas políticas e

9 decisões tomadas pela sociedade e pelo governo. Os jovens

10 trazem uma energia e entusiasmo contagiante, capazes de promo-

11 ver mudanças positivas e inovadoras. Suas ideias frescas e

12 visão progressista contribuem para soluções criativas de

13 problemas sociais e ambientais.

14 Em segundo lugar, ao dar-lhes espaço para expressarem

15 suas opiniões e preocupações, estamos incentivando o

16 desenvolvimento de habilidades de liderança, empatia e respos-

17 sabilidade cívica. Isso contribui para o amadurecimento pes-

18 soal, permitindo que eles se tornem cidadãos ativos e

19 conscientes. Além disso, ao serem ouvidos, tornam-se mais

20 tolerantes e confiantes nas instituições e sistemas de justiça.

21 Outra ponto importante é que muitas questões contemporâ-

22 neas têm impacto duradouro nas gerações futuras. Portan-

23 to, envolver os jovens na tomada de decisões sobre te-

24 mas como educação, meio ambiente, tecnologia e saúde lhes

25 dá a oportunidade de moldar seu próprio futuro.

26 Sendo assim, ao ouvirmos os jovens, estamos in-

27 cestindo em uma sociedade mais inclusiva, inovadora,

28 justa e preparada para enfrentar os desafios do futuro com a

29 participação e contribuição de todos os seus membros,

30 gerando um mundo mais justo e igualitário para todos.



Querido Lucas!

Parabéns pela tua redação e pela reflexão que fizeste no texto. A redação é muito bem fundamentada e traz considerações muito importantes. Acredito, assim como tu colocaste, que a Justiça deve ouvir os jovens e estar aberta para acolhê-los, sendo uma Justiça mais próxima das pessoas e mais inclusiva.

Gostei da tua determinação, entusiasmo e da forma que trouxe a importância da participação dos jovens, não só na justiça, mas também para a tomada de decisões e realização de políticas públicas. Continue mostrando essa vontade de fazer a diferença e de contribuir para uma sociedade melhor, com certeza, com essa garra, você terá um belo futuro pela frente. O mundo precisa de pessoas dispostas a fazer a diferença!

Eu acredito que muitas das críticas que recebemos na Justiça, devem-se ao desconhecimento das pessoas acerca do que fazemos e de como trabalhamos. E essa é uma falha nossa, dos juízes, porque muitas vezes nos dedicamos tanto ao ato de despachar e sentenciar processos, que esquecemos de mostrar para a comunidade em que estamos inseridos como fazemos o nosso trabalho, de abrir as portas do fórum para que as pessoas efetivamente conheçam a Justiça e como ela funciona. Esse é um desafio que enfrentamos e que devemos superar, para conseguirmos dialogar melhor com a sociedade e, em especial, com a nossa juventude.

Devemos enxergar os jovens como protagonistas da nossa sociedade, como instrumentos de mudança e de pacificação social. E nós que fazemos parte da Justiça temos que contribuir para essa transformação, estando disponíveis para ouvir suas opiniões, ideias e sonhos.

Novamente te parablenizo pelo texto e pelo posicionamento adotado. Desejo muito sucesso na tua caminhada como estudante e, posteriormente, como profissional e cidadão.

Grande abraço!

Joseline Mirele Pinson de Vargas

Juíza de Direito, Diretora do Foro da Comarca de Caxias do Sul





Manuela Dos Santos Costa

3º Ano Ensino Médio

Escola Estadual De Educação

Básica Margarida Pardelhas

Cruz Alta

1	Inacessibilidade e omissão das classes sociais baixas perante a justiça.
2	A série Black Mirror possui um episódio, "Queda Livre", que conta a
3	história de uma sociedade que determina o valor das pessoas por
4	meio de pontos, quanto mais pontos maior a classe social e o
5	acesso a direitos básicos. Com isso, fazendo uma análise à socie-
6	dade brasileira, o mesmo acontece, quanto maior sua classe so-
7	cial que é determinada por nossos "pontos", situação social e
8	verba, maior nosso acesso aos direitos como, por exemplo, ser ouvi-
9	do dentro da comunidade, e isso está diretamente ligado à justiça.
10	Além da questão monetária, a desvalorização de pessoas periféri-
11	cas também acarreta à injustiça social, calando os mais mere-
12	cidos de justiça e, nitidamente, esse silenciamento deriva da
13	neutralidade dos setores governamentais. Segundo o filósofo Thomas
14	Hobbes, cabe ao Estado garantir o bem-estar da população, entretan-
15	to isso é utópico no Brasil atual.
16	Adfinal, com esse sistema de neutralidade do Poder Governamental,
17	aumenta a dificuldade para conscientização do problema que
18	é a omissão das classes baixas. Por exemplo, de acordo com dados da
19	Defensoria Pública, 25% da população está impedida de reivindicar
20	seus direitos, sendo 48.467.198 economicamente vulnerável.
21	Contudo, medidas que revertam esse problema devem ser to-
22	madas. De início, a comunidade brasileira pode incentivar debates
23	que deem visibilidade ao problema e em seguida, os órgãos do
24	Governo podem por meio de campanhas informativas, sobre o direi-
25	to de acesso à assistência jurídica gratuita, conscientizar os brasi-
26	leiros para abolir essa discrepância e solucionar o problema que
27	é a inacessibilidade da justiça e omissão das classes baixas.
28	
29	
30	

À escritora Manuela dos Santos Costas,

Primeiro, quero te dar os parabéns pela excelente redação e te dizer o quanto impressionada fiquei com teus argumentos e com tua sensibilidade sobre o tema. Segundo, quero te contar que, antes de te escrever, assisti à citada série *black mirror*, justamente para poder sentir, da melhor forma possível, a tua impressão sobre o tema proposto.

Realmente, o acesso à justiça muitas vezes está condicionado à classe social e ao poder econômico. E sabes qual seria uma das formas de modificar essa realidade? Com a educação. Com a formação de estudantes que, assim como tu, têm vontade de modificar o panorama atual e de informar a todos sobre os seus direitos.

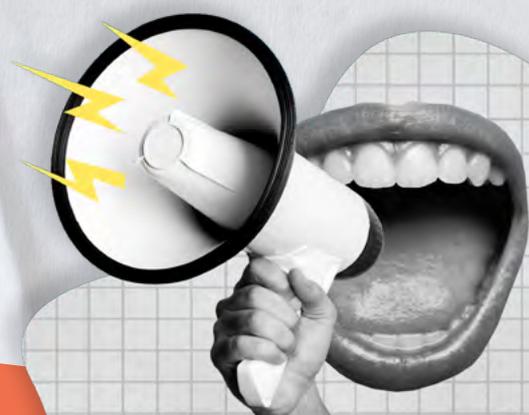
A vida real impõe desafios, os quais a transposição nem sempre é simples. Parafraseando Malala: *“Eu tenho direito à educação. Eu tenho direito de brincar. Eu tenho direito de cantar. Eu tenho direito de falar.”* Com certeza, medidas tomadas, inclusive durante a fase colegial, podem modificar a estrutura brasileira, e o *bem-estar da população deixar de ser utópico* (parafraseando Manuela dos Santos Costas).

Como referiu Martin Luther King Jr: A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar. Não é possível se conformar com a atual situação e devemos, sim, *abolir a discrepância e solucionar o problema que é a inacessibilidade da justiça*, como bem referido pela escritora a quem endereço o presente recado.

Um grande abraço,

Suellen Rabelo Dutra

Juíza da 2ª Vara Cível e Infância e Juventude de Gravataí





Maria Eduarda Kuper Rodrigues

7º Ano Ensino Fundamental

EMEB Costa Leite

Alegrete

1 Ousar mais os jovens
2 Você já parou pra pensar a importância de escutar os jovens? É im-
3 portante para que ele sintam valorizados.
4 A comunicação com os jovens nos ajuda a entender melhor, a
5 expressar nossas ideias, criar laços de confiança, aumentar a
6 produtividade. Se as pessoas dessem mais atenção, nós jo-
7 vens, prestaríamos mais atenção nas nossas ideias nós tentari-
8 a - mas fazer um mundo melhor. Com mais emprego para jo-
9 vens, com mais projetos de estudos profissionalizantes para nós.
10 Os jovens tem a capacidade de inverter a maneira de pen-
11 sar e agir de toda uma sociedade capazes de mudar o
12 estilo de vida e moldar gerações futuras, costumam impor
13 mudanças.
14 A juventude representa um segmento determinante para a
15 sociedade, pois constitui uma categoria de importante rele-
16 vância social e política.
17 Os jovens de baixa renda são o mais afetados pelo desemprego e
18 piores condições de trabalho.
19 Jovens com renda mais alta por outro lado, tendem a ser menos
20 afetados pelo desemprego e encontram melhores empregos.
21 Estabelecer objetivos a curto, médio e longo prazo é uma excelente
22 estratégia para tanto, o melhor, então, é ampliar o pensamento dos
23 adolescentes, ajudando-os a enxergar além dos benefícios dire-
24 tos de se construir uma carreira e ser um bom profissional.
25 Os jovens sempre desempenham papel importante nos movimentos so-
26 ciais, assumindo papéis de liderança em protestos mundo afora,
27 organizando manifestações e ocupando o espaço público com
28 demandas sociais, políticas, econômicas e culturais. É dessa forma
29 podemos dizer, se juntos pensarmos em benefício dos jovens com cer-
30 teza teremos uma sociedade melhor.



Carta para Maria Eduarda.

Primeiramente, parabéns pelo seu texto! É com muita alegria e gratidão que recebi a tua redação. Tuas palavras abordaram um tema de muita relevância e significado para todos nós. Não só do Judiciário, mas para a sociedade em geral. Mais do que ouvir. Precisamos saber ouvir com atenção. Ouvir e transformar em ações tudo o que os jovens reivindicam com muito empenho e amor. Afinal, para quem trabalhamos visando transformar o futuro? Para quem buscamos uma sociedade melhor, mais justa e com menos desrespeito aos direitos básicos do ser humano? A vocês, jovens!

Como você, Maria Eduarda, bem referiu: desde sempre os jovens tornaram-se líderes, entusiasmados, dos movimentos sociais que impulsionaram o Brasil e o mundo para novas conquistas sociais. A juventude brasileira é essencial para as mudanças culturais e sociais acontecerem! Realmente, não podemos jamais esquecer disso, seja no nosso trabalho como juízes ou na vida pessoal.

Neste contexto, os jovens são verdadeiros fatores de transformação social. Assim, tenha certeza que sua voz está sendo ouvida pelo Judiciário e será considerada para que possamos - juntamente com vocês - impulsionar nossa comunidade para o futuro e que este futuro seja bem melhor e próspero. Tua preocupação em demonstrar a importância de incentivar os jovens a terem objetivos, buscando empregos e carreiras profissionais é extremamente necessária para que possamos ter um futuro melhor.

E, falando em futuro, o futuro pertence muito a vocês! Lutem por ele! Jamais se acomodem, principalmente em frente a obstáculos ou pessoas que esquecem que um dia foram jovens.

Maria Eduarda, ler a sua redação me deixou também extremamente orgulhosa e aliviada em saber que há jovens como tu conscientes e empenhados com o seu papel no mundo.

Maria Eduarda, nunca deixe de escrever, expor seu pensamento, lutar que sua voz seja ouvida e que suas palavras sejam lidas! Reivindique seu lugar no mundo! Faça o seu mundo! E seja feliz! Lute muito para que você seja quem é! Não importa por onde seja teu caminho e destino, o mais importante é que tu te mantenha firme do jeitinho que és!

Um forte abraço e estimas de um futuro lindo,

Ana Paula Furlan Teixeira

Juíza de Direito, 2ª Vara Judicial da Comarca de Santo Antônio da Patrulha





Monique Aleksandra Fagundes Pereira

7º Ano Ensino Fundamental

E.E.E.M. Tom Jobim

Porto Alegre

1 Somos todos capazes!

2 Eu sou a Monique tenho 17 anos morei em

3 Cachoeira do Sul. Já passei por várias

4 momentos difíceis, mas não vou desistir, estou

5 no 7^o, fico feliz por isso por que quando cheguei

6 no C.A.S.E.F eu estava no 6^o.

7 Eu nunca vou desistir dos meus estudos,

8 acho que a única coisa que levamos para

9 vida é a conhecimento e a educação.

10 Quero ser Advogada, quero poder ajudar outras

11 pessoas. Eu tenho orgulho orgulho de

12 mim, já passei por tanta coisa, mas não

13 vou desistir e é isso que quero passar para

14 outras meninas, não desistirem, o melhor está por

15 vir. Eu nem sabia por onde começar a

16 escrever, mas achei muito interessante alguém

17 me ensinar. Não quis explicar um assunto

18 né, então é isso, não vou desistir porque já

19 lixe na praia, já morei na rua, já passei fome,

20 mas estou tendo uma nova oportunidade e

21 estou muito feliz. Preciso de pessoas

22 que acreditem no meu potencial. Sou uma

23 menina muito forte, mas rica de coração!

24 Por isso, nós crianças e adolescentes precisamos

25 ter ensino de qualidade, para termos condi-

26 ções dignas de vida quando formos adultos.

27 A educação educação precisa de investimentos

28 para termos adultos capazes.

29

30

Vozes do Coração

Cara Monique,

Trabalho na área da Justiça desde meus 18 anos, iniciando minha carreira como estagiário do Poder Judiciário e, desde 2017, atuo como juiz. Em todos esses anos, que correspondem à metade da minha vida, atuei na seara da infância e juventude, na qual me deparei com muitos relatos de crianças e adolescentes, tanto de histórias tristes quanto de alguns finais felizes.

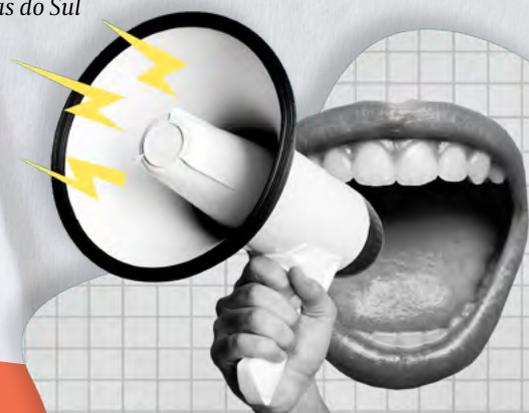
Mas mais importante do que ouvir esses jovens, é compreendê-los, senti-los. E aí não estamos falando das palavras que saem pela boca: refiro-me à voz que vem de dentro, da consciência, da alma, do coração. A voz inquieta que busca a paz, a alegria e a felicidade em mundo não raramente cruel e desafiador. A voz que inspira a mudança, a transformação, que não nos deixa baixar a cabeça e desistir.

Disseste bem e de repetidamente: tens orgulho, orgulho de quem você é, de quem foi, de quem deseja ser. De quem não desconhece os momentos difíceis, mas que busca superá-los, visto que, na história da vida, você é a grande protagonista, que tem a fé como escudo e a educação sua maior arma, para, assim, vencer os inúmeros inimigos: a fome, o abandono, as incoerências dos sistemas sociais, as faltas de oportunidade, a ausência de privilégios que outras classes, tons de pele, gêneros possuem. A voz grita para você: Monique, és uma vitoriosa! E você escuta e vai em frente, porque desistir não é uma opção.

Lendo sua redação, cara Monique, escuto bem essa voz. Essa voz que não sai das cordas vocais, mas aquela vinda do mais profundo do teu coração. Uma voz com tom estridente de uma guerreira, mas que, ao mesmo tempo, soa angelical, dado que anseia pela paz e felicidade. Nós, que atuamos na Justiça, precisamos escutar todas as vozes desses jovens, sejam aquelas que nos contam suas histórias, sejam aquelas do interior, intraduzíveis em palavras, porém, de fácil percepção pelos sentimentos. Vozes do coração, vozes de transformação, vozes que nos renovam a esperança que temos na juventude.

Diego Carvalho Locatelli

*Juiz de Direito do Juizado Regional da Infância e Juventude de Caxias do Sul
Diretor do Departamento Cultural da AJURIS*





Naomi Schroder*

1º Lugar

7º Ano Ensino Fundamental

Escola Estadual De Ensino Médio João Przyczynski

Guarani Das Missões

1	A voz dos injusticados
2	Na arena de qualquer sistema de justiça equitativa a eficácia encontra-se a necessidade fundamental
3	de ouvir as vozes que ecoam nas entranhas da tecido social. A pergunta "Quem a Justiça precisa
4	ouvir?" abre uma porta para uma análise profunda e crítica sobre como as decisões judiciais
5	afetam diretamente a vida das pessoas e como a busca pela verdade e pela justiça deve ser um pro-
6	cesso inclusivo e representativo.
7	Primariamente, é crucial que a Justiça ouça as vítimas. Os indivíduos que sofreram injustiças são
8	os protagonistas das histórias que se desenrolam nos tribunais. Ouvir as vítimas não apenas dá a
9	elas a oportunidade de compartilhar suas experiências, mas também permite que a Justiça compen-
10	da a extensão do dano causado e tome decisões informadas sobre a reparação e punição adequadas.
11	Além disso, é essencial ouvir os acusados. O devido processo legal exige que todas as partes
12	envolvidas tenham a oportunidade de se defenderem e apresentarem sua versão dos aconteci-
13	mentos. Ouvir os acusados não apenas garante que todas as perspectivas sejam consideradas,
14	mas também ajuda a evitar condenações injustas baseadas em informações incompletas ou tenden-
15	cias.
16	As minorias e grupos marginalizados, por sua vez, merecem uma atenção especial. A história tem
17	mostrado que sistemas de justiça podem perpetuar desigualdades, o mesmo que os grupos que historicamen-
18	te foram silenciados sejam ouvidos. As vozes das minorias raciais, étnicas, de gênero, LGBTQ+ e
19	outros grupos marginalizados são cruciais para garantir que as decisões judiciais sejam
20	verdadeiramente imparciais e justas.
21	No entanto, ouvir não basta. A Justiça deve estar disposta a agir com base nas informações e perspec-
22	tivas fornecidas. É imperativo que as vozes que a Justiça ouve se traduzam em políticas e decisões
23	concretas que promovam a equidade e a justiça para todos os cidadãos.
24	Portanto, a resposta à pergunta inicial deve ser abrangente e inclusiva. A Justiça deve ouvir
25	as vítimas, os acusados, a sociedade em geral e os grupos marginalizados. Somente
26	ao ouvir todas essas vozes é que podemos aspirar a um sistema de justiça que
27	realmente cumpra seu propósito de garantir a verdade e a equidade. A busca pela justiça
28	não é um monólogo, mas sim um diálogo entre todas as partes interessadas
29	na busca por um mundo mais justo e humano.
30	



O Prêmio Ajuris de Redação nas Escolas é um importante convite aos jovens estudantes gaúchos para a reflexão sobre o papel da Justiça na sociedade brasileira. Ao enfatizar a necessidade de políticas e decisões que promovam a equidade, essa iniciativa destaca a interseção entre os campos do Direito e da Educação, ambos essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade íntegra.

A redação intitulada “A Voz dos Injustiçados” destaca a necessidade de escutar não apenas os clamores das vítimas, mas também as vozes dos acusados e dos grupos marginalizados. A aluna, com maturidade surpreendente, delineou a urgência de um sistema de justiça que não só escute, mas que efetivamente aja com equidade, implementando políticas e decisões que promovam a verdadeira igualdade.

Nesse sentido, as convergências entre o Direito e a Educação se revelam como alicerces essenciais para uma sociedade equânime. Enquanto a Educação molda mentes e corações, oportunizando o conhecimento necessário para discernir o certo do errado, o Direito, em sua essência, representa a realização desses princípios na sociedade. O Poder Judiciário, de maneira semelhante às Escolas, serve como a ferramenta que implementa, no mundo real, esses ideais. Um projeto que promove a harmonia entre essas preciosas esferas, além de educar, fortalece as bases da sociedade brasileira.

Como afirmou Platão, “a justiça é a virtude que dá a cada um o que é seu”. Neste contexto, é papel do Direito assegurar que essa virtude seja verdadeiramente aplicada, enquanto a Educação tem o papel de cultivá-la no espírito dos cidadãos. Ao reconhecer e premiar redações que ecoam anseios por um mundo melhor, o projeto AJURIS de Redação nas Escolas não apenas honra talentos emergentes, mas também semeia uma sociedade mais justa e inclusiva.

Alberto Delgado Neto
Presidente do TJRS





Nathalie Alves Schuler

7º Ano Ensino Fundamental
Emef Cívico-Militar Murialdo
Gravataí

1	Equidade
2	Bilhões de pessoas são injustiçadas todos os dias, sejam elas crianças, mulheres,
3	idosas, Pretas, amarelas. De qualquer forma, todos sofrem algum tipo de
4	Preconceito ou injustiça. hospitais lotados, pessoas pagando caro por
5	Pouco, trabalhando duro para receber o mínimo, animais e crianças
6	sendo maltratados e abandonados, mulheres sofrendo machismo, Pretas sofren-
7	do racismo, pessoas de outra raça sofrendo xenofobia, lgbtqiapf
8	sofrendo homofobia. Isso são só alguns dos problemas que têm dentro
9	da sociedade. O mais absurdo são pessoas egoístas que não têm
10	O mínimo de empatia e respeito.
11	Já pensou se fosse você? Já pensou se fosse você o homem que
12	Morreu sufocado por um policial apenas pela sua cor?
13	Já pensou se fosse você a mulher que foi espancada até a morte
14	apenas por ser transgênero? Já pensou se fosse a garotinha que foi
15	abusada pelo próprio avô? E o garotinho que foi morto pela sua
16	Própria Mãe? Isso decepcionante. Vários problemas como estes são
17	encontrados na sociedade, mas como isso poderia mudar?
18	Muitas pessoas enxergam essa pauta como um tabu e não dão a
19	devida importância! Como isso ficará daqui a 30 anos?
20	É desesperador! Aqui onde moro, Gravataí, jamais vi alguém
21	falar sobre isso e simplesmente é terrível.
22	Se continuar assim como será o mundo no futuro?
23	Acredito que a justiça deveria nos ouvir mais e ter um pouco
24	de empatia conosco. Não apenas com um dos grupos que citei
25	anteriormente, mas sim com todos.
26	A justiça poderia visitar as escolas, por exemplo, assim ouvindo
27	a voz dos estudantes.
28	Acredito que podemos mudar, sei que conseguimos.
29	
30	

Querida Nathalie.

Primeiro, queremos te parabenizar pela tua excelente redação, tu tens o dom da escrita e da comunicação, demonstrando que és uma jovem consciente da sociedade em que vivemos e és sabedora de que um mundo melhor depende de cada um nós. Teu texto é uma perfeição, não só pela ortografia, mas também pela caligrafia e abordagem do tema proposto.

Além disso, tua escrita é motivadora das mudanças que queremos e lembrou-me a música *Meu País*, cantada por João de Almeida Neto: “*um país que crianças elimina; e não ouve o clamor dos esquecidos...e maltratam o negro e a mulher; pode ser o país de quem quiser; mas não é, com certeza, o meu país*”. Realmente, não é esse país que queremos, onde se propague injustiça social.

Queremos, junto contigo, um país melhor, um mundo mais justo e mais feliz para toda a humanidade. Para isso, como mencionaste, a chave é praticar a empatia, “entrar na pele do outro”, ouvir o outro, entender suas lutas, dores e alegrias. Para desenvolver a empatia, temos que entender que cada pessoa é um universo, portanto, primeiro te autoconhece e desenvolve teus pontos fortes, conversa com pessoas diferentes, ouve com atenção e sê gentil. Dessa forma, nutrirás relacionamentos autênticos e solidários como desejas.

Aproveito para te contar que criamos o serviço da Ouvidoria da Mulher, das pessoas LGBTQIAPN+ e em situação de vulnerabilidade do Tribunal de Justiça/RS, ampliando o canal para contato com o Judiciário.

Por fim, mais uma vez, parabéns, Nathalie! Tu és inteligente, forte, comunicativa e solidária, qualidades de uma grande mulher. Agradecemos muito tua colaboração sobre como melhorar a Justiça, tua sugestão foi registrada e certamente renderá frutos para toda comunidade de Gravataí e do Rio Grande do Sul. A sociedade já evolui um pouco, mas precisa melhorar. Sigas participando da vida em sociedade, colaborando, a mudança do mundo começa por nós!

Jane Maria Köhler Vidal
Desembargadora do TJRS





Raquel Bohneberger***

3º Lugar

9º Ano Ensino Fundamental

Colégio Estadual Dom Antônio Macedo Costa

Ciriaco

1	<i>A Voz Através do Silêncio</i>
2	Era mais um dia comum em meio todo barulho da
3	cidade grande, quando ouvi um homem dizer entre sussurros
4	"Ouçam bem o que venho dizer: Quem a justiça precisa ouvir?".
5	Fiquei intrigado e fui até ele lhe questionar sobre sua fala, res-
6	tia um termo desgastado e segurava uma placa improvisada,
7	o mesmo que me despertou curiosidade.
8	Perguntei-lhe sobre o que significava este seu protesto, o homem,
9	que se chamava Jairo, me explicou parte de sua história. Ele me con-
10	tou que era um ex-advogado que lutava a favor de justiça e igual-
11	dade dos mais excluídos e vulneráveis que sofriam violações de seus
12	próprios direitos, pessoas em condições precárias sem acesso a saú-
13	de e educação básica onde tiveram suas vozes abafadas pela
14	indiferença e pela burocracia da justiça.
15	Enquanto Jairo me contava sobre suas experiências, pude perceber
16	a determinação e paixão pelo seu trabalho que seus olhos expres-
17	savam, ele acreditava que o poder estava nas palavras, histórias
18	e testemunhos que ecoavam nos corredores dos tribunais.
19	Naquela tarde, percebi que todos somos responsáveis para ouvir
20	e que a justiça precisa dizer Não importa se somos juízes, estudan-
21	tes, ou cidadãos comuns, temos o dever de dar voz aos que foram
22	silenciados, de lutar pelas injustiças e garantir que todos sejam
23	tratados com dignidade e respeito.
24	Levantei-me para partir e agradei a Jairo por compartilhar
25	sua história e suas opiniões. À medida em que me afastava, o
26	seu levantar sua placa lentamente, e sabia que, mesmo que nem todos,
27	o escutassem, suas palavras plantarão sementes de mudança em cora-
28	ções e mentes. Assim, naquele dia, o cotidiano ganhou um novo sentido,
29	a frase de Jairo permaneceu como um lembrete constante de que a jus-
30	tiça depende de nós, pois temos o poder de ouvir e agir.

Querida Raqueli, quanta sensibilidade e poesia suas palavras transmitem!

Sua redação começa com um sussurro em meio ao barulho da cidade grande. De fato, vivemos em meio a tanta informação, palavras soltas e vazias, cobranças de comportamentos, etc, que é difícil ouvir os pequenos sons, até os que vêm de nós mesmos. Sortudos os que conseguem ouvir os sussurros!

Aliás, mais que sortudos, são pessoas necessárias.

Precisamos aprender a ouvir os “Jairos” que estão por aí, querendo nos abrir os olhos sobre as pessoas constantemente silenciadas em nossa sociedade.

Justiça não se faz apenas com olhos no papel. Aliás, a Deusa Themis, que tradicionalmente representa a Justiça, é retratada com os olhos vendados, indicando que é imparcial. Porém, se vendamos os olhos, devemos aguçar os ouvidos.

Ouvir vai muito além do mero escutar os sons. A escuta atenta, empática e humana deveria ser praticada por todos nós.

Da mesma forma, precisamos aprender a usar a nossa voz para ecoar a daqueles que pedem ajuda em sussurros.

Em um país em que milhões de pessoas estão abaixo da linha da pobreza, não têm acesso a saneamento básico nem a educação adequada e, ainda, têm que lutar contra diversas formas de preconceito, precisamos de pessoas dispostas a “desgastar seus ternos” na luta a favor de direitos básicos.

Espero, Raqueli, que você continue desenvolvendo sua capacidade de ouvir os sussurros e transformá-los em belas palavras que ressoam e mudam realidades.

Muito obrigada por me possibilitar refletir tanto por meio de sua prosa tão poética.

Samyra Remzetti Bernardi

Juíza de Direito

Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Gravataí

Vice-Presidente Cultural da Ajuris





Thyenri Pietro Melo Dos Santos**

2º Lugar

6º Ano Ensino Fundamental

EEEM Senador Pasqualini

Porto Alegre

1 A história que ninguém ouviu
2 De repente me acordou de um sono profundo, observei
3 ao meu redor e dei um grito "eu tô no mundo"!!! Logo
4 me levanto, escovo meus dentes e lavo meu rosto.
5 Em seguida pego minha "magrela" debruço a esquina e
6 vejo aquele cupinxa de zeração, que inclusive já par-
7 timos em várias missões. Continuo indo em direção ao
8 mercado, pedalandando minha "bike". Avisto a dentela que
9 temeu o coração de "favela", em seguida deu um a-
10 braço nela, sinto seu aroma e isso me acelera, pongo ela
11 na minha garupa e seguimos ao mercado.
12 Seguindo meu dia, chego ao mercado, estaciono a "ma-
13 grela". Eu e minha dentela entramos, compramos bola-
14 cha, refrigerante e pão. Logo em seguida pagamos a con-
15 ta e saindo vejo dois carros pretos e ouço cinco disparos.
16 em nossa direção. Saio correndo e nem imaginava ver
17 aquela cena: a vi de longe atirada no chão e isso par-
18 tou meu coração... Mas sigo correndo sem direção, o pegante
19 penso "e agora, quem vai me ouvir?" Sigo pro "hami" e
20 pego apóio e carregamento aos cupinxas, fomos atrás resolver
21 a situação.
22 Chegando lá teve um certo tumulto, atingimos alguns
23 salvos e pensando eu que já havia acabado ouço um disparo,
24 logo caio no chão e os moradores chamam a ambulância
25 e me levam ao hospital.
26 Eu entre a vida e a morte vejo pela última vez ela, e novamen-
27 te entro num sono profundo. Ouço um barulho:
28 - Toc, toc, toc... Café, café!
29 Acordo-me entre quatro paredes e na janela uma grade, "ufa! Foi
30 só um sonho". Será que na FASE vão me ouvir?

Carta para Thyenrri

Paul Henry, linguista e pesquisador francês, autor de “A Ferramenta Imperfeita” disse: “ o discurso é o texto e tudo que dá sentido a ele”. A linguagem, portanto, não basta para transmitir tudo o que se quer dizer. Ainda assim, do uso de um instrumento imperfeito, nasce tudo o que conhecemos de como interagir, interpretar, viver o outro e com o outro. Dominar o que é imperfeito é tarefa para poucos. Poucos e bons. Como tu, Thyenrri.

A tua comunicação vem em forma de prosa que se traduz em poesia. Fazer arte através de uma ou outra é difícil, imagina fazer de uma a outra. Na arte popular brasileira, a tua mensagem pode muito bem ser também música, um rap ao melhor estilo Racionais MC's ou Emicida. Percebo a influência dessa forma de arte na tua escrita, o que só a coloca como melhor tradução de como os jovens, periféricos ou não, se sentem a respeito do mundo que nos rodeia.

Tu passas ao teu leitor e leitora a ideia de que não bastaria escrever sobre a frustração de não ser ouvido. Dizer literalmente que se sente impotente diante da Justiça, aquela que, além de cega, parece também surda, não bastaria. A Justiça, que deveria representar a grande régua do mundo, onde todos e todas seriam ouvidos nas seus conflitos e onde todos e todas têm o mesmo valor, onde a igualdade, nem que apenas formal, faria que todas as vidas valessem o mesmo, não ouviria. Não, tu foste além, entendeste necessário nos levar para dentro da tua vida. Mais, para um lugar onde só entra quem é convidado: ao mundo dos teus sonhos.

Me foi impossível sair ilesa dessa experiência. Saio com lesões causadas pela ideia de que um jovem sente necessidade de acordar e dizer ao mundo que ele está nele. Como se, caso não for diariamente reafirmado isso, o mundo mais facilmente o atropela e o esqueça no decorrer dos dias, meses e anos. Lacerava também reconhecer que a nossa juventude não deveria sonhar com extermínio. Deviam estar sonhando com a parte mais lírica do teu sonho: o encontro com os cupinxas, com a pessoa que habita o coração.

Por fim, tua “poeprosa” termina com um apelo e uma pergunta: se não te ouviram até então, que o peso da palavra FASE não te invisibilize ainda mais.

A isso, posso responder apenas: sim, Thyenrri, nós ouvimos, absorvemos e esperamos poder transformar isso em um instrumento (mesmo que imperfeito) para fazer melhor a tarefa de escutar e fazer escutar aqueles e aquelas que a vida coloca perante nós. Julgar, em um Estado Democrático de Direito, pressupõe ouvir com intenção e transformar essa escuta ativa em soluções melhores e mais eficazes na difícil tarefa de distribuir justiça.

Não desista de nós, nem do mundo, muito menos da parte mais bela do teu sonho. Siga transformando tuas experiências em mensagens criativas, surpreendentes e extremamente tocantes como a que tive a honra e o prazer de comentar. Muito obrigada, Thyenrri, por ter me proporcionado o privilégio de te ouvir.

Fabiane Borges Saraiva

Juíza de Direito



Presidente

Cristiano Vilhalba Flores

Vice-Presidente Administrativa

Helena Ruppenthal Cunha

Vice-Presidente de Patrimônio e Finanças

Thiago Dias da Cunha

Vice-Presidente Cultural

Samyra Remzetti Bernardi

Vice-Presidente Social

Amita Antonia Leão Barcellos Millete

Vice-Presidente De Aposentados

Nelita Teresa Davoglio

Organizado por

Samyra Remzetti Bernardi

Produção

Josué Borges Brito

Projeto Gráfico e Diagramação

Carolina Fillmann, por Design de Maria

Ilustração de capa

Brenda Ribeiro Leal e Eduarda Ruperti

Impressão

Gráfica Odisséia

Apoio

Sicredi - AJURIS

Realização

80 AJURIS

Apoio:

Sicredi
Ajuris

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

II Prêmio Ajuris de redação nas escolas : ouçam bem o que venho dizer : quem a justiça precisa ouvir? / [organizadores Samyra Remzetti Bernardi, Daniel Neves Pereira, Cláudio Luis Martinewski]. -- 2. ed. -- Porto Alegre, RS : AJURIS, 2024.

Vários autores.
ISBN 978-65-992702-7-7

1. Escolas públicas 2. Justiça - Brasil
3. Redação - Concursos I. Bernardi, Samyra Remzetti.
II. Pereira, Daniel Neves. III. Martinewski, Cláudio Luis.

24-199801

CDD-869

Índices para catálogo sistemático:

1. Redação : Concursos : Literatura brasileira 869

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Apoio:



ISBN: 978-65-992702-7-7

CDL



9 786599 270277